
A REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL E A MEDIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

LA REPRODUCCIÓN DEL SER SOCIAL E LA MEDIACIÓN DE LA EDUCACIÓN

THE REPRODUCTION OF TO BE SOCIAL AND THE MEDIATION OF EDUCATION

Maria Escolástica Moura Santos¹

Maria Suana Vasconcelos Jimenez²

Ruth Maria de Paula Gonçalves³

Resumo: Este trabalho discute o processo de reprodução do ser social com base na perspectiva da ontologia marxiano-lukacsiana que considera o trabalho como ato gênese, responsável pela individuação e pela genericidade. Deste modo, a reprodução se refere ao movimento de continuidade do ser que se dá tanto na esfera biológica quanto social e tem o complexo da educação como um importante mediador desse processo. Entretanto, na sociedade capitalista a educação assume um formato diferenciado e passa a atender mais aos interesses de classes do que ao processo de humanização verdadeiramente.

Palavras-chave: Ser social, Trabalho, Educação, Capitalismo.

Resumen: Este artículo analiza el proceso de reproducción del ser social desde la perspectiva de la ontología marxista-lukacsiano que considera el trabajo como acto génesis, responsable por la individuación y la genericidad. De este modo, la reproducción se refiere a el movimiento de continuidad del ser que ocurre tanto en lo biológico, cuanto en el social y tiene el complejo de la educación como un mediador importante en este proceso. Sin embargo, en la educación de la sociedad capitalista lleva un formato diferente y ahora sirve más a los intereses de clase que a el proceso de humanización de verdad.

Palabras clave: Ser social, Trabajo, Educación, Capitalismo.

Abstract: This paper discusses the process of reproduction of social being from the perspective of Marxian ontology-Lukacsian that considers the work as genesis act, responsible for individuation and genericity. Thus, the reproduction refers to the movement of the continuity of being that gives both biological and social sphere and has the complex of education as an important mediator in this process. However, in capitalist society education takes on a different format and now serves more to class interests than the humanization process truly.

Keywords: Social being, Job, Education, Capitalism.

Introdução

Na perspectiva da ontologia marxiano-lukacsiana, a categoria reprodução refere-se ao movimento de continuidade do ser em geral. No que diz respeito aos seres naturais, a reprodução acontece apenas na esfera biológica, de modo que todas as suas relações com o meio ambiente, por mais complexas que pareçam, são geneticamente postas, não havendo margem para ampliar os parâmetros que norteiam essas relações.

Entretanto, no ser humano a reprodução se dá de forma mais ampla e diferenciada, uma vez que abarca momentos do biológico e do social. Sua relação com o meio ambiente é ontologicamente distinta e o desenvolvimento da sua sociabilidade independe da sua base biológica, embora, sem reprodução biológica não haja sociabilidade possível. Isso significa que, à medida que o indivíduo caminha na direção

do social, distancia-se da esfera biológica, no entanto, sem jamais se desprender dela. O que ocorre é apenas um afastamento das barreiras naturais, nunca um rompimento absoluto.

O movimento de reprodução do ser social tem como elemento fundamental, como órgão e médium de sua continuidade, a consciência. É ela que garante a acúmulo de elementos necessários ao processo de humanização. De modo que, a processualidade social é alterada dependendo do fato de os indivíduos agirem de forma consciente ou desconhecerem o seu ser-em-si.

Nesse sentido, é a consciência que permite a diferenciação entre a reprodução do indivíduo e a reprodução do gênero humano. É o nexó ontológico entre os processos de complexificação das relações sociais e das individualidades. De modo que, a reprodução social é um processo que sintetiza dois momentos: a generidade humana e individualidade.

1.1 A constituição do humano como síntese de relações entre a individualidade e a generidade

Na perspectiva adotada, o indivíduo é apresentado como ser historicamente datado e situado, aquele que porta na sua bagagem particular elementos tecidos com a colaboração de outros indivíduos concretos. Sendo ser concreto precisa manter-se vivo, pois, esta é a condição primeira de toda existência humana, de modo que o primeiro ato histórico é o ato de produção dos próprios meios de subsistência (MARX & ENGELS, 2007).

Nesse primeiro momento ele não é senão um ser de carecimentos que na luta para garantir a satisfação de suas necessidades e manter-se vivo, age e transforma o mundo na sua totalidade, e, nessa relação constrói e reconstrói a si mesmo na sua singularidade. Articula a tessitura social plural com seu mundo particular, suas interpretações e elaborações, empreendendo o movimento de se tornar humano.

Para tanto, põe em ação suas capacidades físico-psíquicas para produzir valores-de-uso que supram tais necessidades. Tal processo de intercâmbio entre homem e natureza tem como característica mais relevante a produção dos meios de produção e de subsistência. Isto revela elementos tipicamente humanos, que distanciam o ser social das demais espécies animais, e, caracteriza os diferentes modelos econômicos experimentados em nossa sociedade. Esse movimento empreendido torna-se o fundamento de qualquer forma de sociabilidade e dá início ao processo histórico que jamais será meramente repetição de épocas anteriores (MARX, 2006; MARX E ENGELS, 2007).

Nessa perspectiva, a própria estrutura social se firma no bojo dos resultados das ações dos indivíduos, que por sua vez estão imbricadas tanto com os limites e condições materiais, históricas e sociais impostos, quanto com a forma como sua vida vai-se definindo a partir dessas limitações. Isto porque esse processo que se estabelece a partir de relações concretas entre indivíduo e mundo não depende pura e simplesmente da vontade daquele, ou da sua consciência, nem tampouco é definido por uma força transcendente e alheia às condições materiais.

A realidade pode ser compreendida como um misto de intencionalidades e ações humanas que se articulam com as possibilidades para se objetivarem, cujos resultados da sua objetivação podem tomar

proporções inimagináveis. Isto porque nesse ínterim, entre as intencionalidades e a objetivação daquilo que foi intencionado, existe mediações que fogem ao controle dos indivíduos.

Como afirma Lukács (2007), embora o indivíduo se ponha no mundo de modo consciente, intencional, não há a menor possibilidade de que ele enxergue todas as mediações da sua ação e antecipe todas as suas conseqüências. Desse modo, mesmo quando ele consegue concretizar suas intencionalidades, os resultados do processo jamais serão cópias do pretendido.

Podemos, então, afirmar que para compreender o indivíduo, suas produções materiais e espirituais (epistemológicas, axiológicas, gnosiológicas etc.), torna-se necessária uma imersão crítica nas suas atividades concretas no sentido de captar as mediações, os nexos que compõem a totalidade; compreender as condições materiais dadas; e, as causalidades postas pelos indivíduos (LUKÁCS, 2007, 2013). Deste modo, somente será possível compreender o indivíduo partindo de uma análise radical, indo à gênese do processo de constituição que tem como base o complexo da economia materializado na categoria trabalho e sua indissolúvel relação com as demais categorias essenciais do complexo social, como a linguagem, a socialidade, os valores, a educação etc.

No que se refere a esta questão, Lukács (2007, 2013) explica que embora não seja plenamente possível apreender e explicar o movimento de passagem do ser orgânico ao ser social, a transição se deu sob a forma de um salto ontológico que elevou o ser biologicamente determinado a um nível qualitativamente distinto. Esse salto representa a superação da condição de ser meramente biológico e sua afirmação enquanto ser social, um processo de ruptura, conservação e elevação que somente pôde ser percebido após sua efetivação (*post festum*). Trata-se de um movimento que permitiu ao indivíduo distanciar-se das barreiras naturais e das determinações genéticas e, deste modo, romper com o estatuto que rege os seres biológicos e elevar-se a um nível de maior plasticidade.

Na gênese dessa transição está o trabalho enquanto ato fundante e protoforma de toda práxis social. Fundante no sentido ontológico e não cronológico, uma vez que não se pode compreender esse processo tendo por base uma linearidade temporal. O aspecto distintivo do trabalho humano, que lhe confere o status de ato gênese, está no fato de que é através dele que o indivíduo produz meios de produção e de subsistência, condição primeira para o indivíduo manter-se vivo e produzir os demais complexos sociais. Disto emerge que, para que o indivíduo se comunique, produza arte e cultura, defina ideais educativos e valores morais etc., faz-se necessário, como afirmam Marx e Engels (2007), estar vivo e em condição de fazer a história. Também porque é o trabalho quem produz a base econômica, que por sua vez é condicionante dos demais processos.

Nesse sentido, afirma Lukács (2007, 2013) - em conformidade com Marx - que apenas o trabalho tem na sua essência o caráter de produção do novo através do intercâmbio homem e natureza. No trabalho figuram, em germe, os elementos constitutivos do novo ser, pois, provoca a constituição de uma categoria qualitativamente nova em relação às formas inorgânicas e orgânicas, qual seja, a teleologia.

A teleologia pode ser compreendida como o momento de projetar as finalidades, anterior à concretização daquilo que se pretende objetivar. É o ato de idealizar algo antes inexistente no mundo material, é a condição para se efetivar uma objetivação de forma consciente, processo denominado por

Lukács (2007, 2013) de causalidade posta. Isto porque existe na natureza uma causalidade dada, cujo indivíduo, ao se pôr teleologicamente no mundo, altera pondo uma nova causalidade. Dessa relação entre teleologia e causalidade surge a totalidade social.

É com o pôr teleológico que a consciência, numa ação orientada por si própria, rompe com a simples adaptação ao meio e com o estatuto que rege os seres meramente biológicos. Assim, o trabalho enquanto materialização de uma idealização ocorre apenas no âmbito do ser social, de modo que, “só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseia-se no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas” (LUKÁCS, 2013, p.52).

Somente o trabalho realiza inevitavelmente a síntese entre teleologia e causalidade, de modo que, como afirma Marx (2010), no produto do trabalho estará impressa a consciência do trabalhador. Esse processo que tem como desfecho a objetivação de uma idealização, parte do indivíduo, que numa incessante busca orientada pelo desejo de satisfazer necessidades transforma possibilidades em realidade. No entanto, a efetivação das posições teleológicas exige, conforme Lukács (2013), o conhecimento dos processos naturais a fim de se fazer escolhas entre alternativas, de tal forma que as possibilidades de sucesso ou fracasso do pôr do fim estão vinculadas ao nível de investigação, à apropriação dos meios, e, à capacidade de transformar uma causalidade dada (natural) numa causalidade posta pelo indivíduo.

O conhecimento dos processos naturais é o que permite ao indivíduo fazer escolhas entre alternativas, o que não significa que as escolhas se realizem no plano da pura liberdade abstrata. As escolhas são feitas a partir de uma realidade objetiva uma vez que as alternativas orientadas para o trabalho estão pautadas no campo das circunstâncias concretas. Nesse sentido, o real é objetivo. Embora seu movimento não seja orientado por determinações definitivas, as escolhas dos indivíduos são realizadas a partir de possibilidades definidas independentemente da sua existência. Isto não elimina o fato de que em última instância é o ser social quem determina o pôr das cadeias causais, de modo que não devemos, nem podemos negar a função da subjetividade humana (idem, ibidem).

Sua atividade de criação e recriação do mundo exterior, é condição incontestável de elaboração e reelaboração do seu mundo interior, à medida que os progressos na estrutura psíquica do indivíduo vão sendo fixados e transmitidos de geração à geração. Isto significa, a partir das reflexões de Leontiev (1978) em diálogo com Marx, que o que torna possível a acumulação e transmissão das características filogênicas da espécie humana é sua atividade produtiva, ou seja, o trabalho.

Disto resulta que suas ideias, suas representações e a própria consciência está diretamente relacionada às suas condições materiais de existência. Deste modo, a consciência surge como consciência de suas necessidades, tanto de garantir meios de produção e de subsistência, como de manter relações com outros seres no processo de satisfação de suas necessidades. Nesse sentido, o trabalho incide nas dimensões objetiva e subjetiva do indivíduo.

Para compreender essa complexidade é preciso considerar as relações entre as particularidades do indivíduo e as generalidades da vida em sociedade. Entender que o indivíduo se constitui tendo por base as condições materiais e históricas produzidas pela humanidade e as relações sociais a partir delas

estabelecidas. E, por fim, entender que no processo de reprodução social todos os complexos sociais assumem determinada função. Aqui nos ocuparemos do complexo da educação, para explicar em que circunstâncias ela é chamada à cena pelo trabalho, qual sua razão de ser, e, assim entender a função que desempenha no processo de reprodução da sociedade.

1.3 Da educação humanizadora à educação classista

A apropriação do indivíduo em relação ao acervo material e cultural da humanidade é o processo de reproduzir no ser social a produção coletiva das gerações precedentes. Essa aquisição, conforme Leontiev (1978), pressupõe uma atividade adequada do indivíduo em relação aos objetos e fenômenos do mundo, uma vez que o conjunto de toda produção é apenas posto e não dado simplesmente para que o indivíduo faça um decalque do mundo. Este é criado e recriado pela atividade humana e apresentado ao indivíduo para que dele se aproprie.

Diferente dos animais inferiores, cujo processo de desenvolvimento da espécie é repassado por herança genética e se apresenta no formato de evolução biológica, no ser humano esse processo assume um caráter essencialmente social. Embora o indivíduo também seja regido por leis biológicas, os resultados desse progresso no qual se constitui o gênero humano não são doados pela hereditariedade. São transmitidos ao indivíduo singular pelo processo de apropriação do arcabouço material e cultural produzido e acumulado pela humanidade, durante seu percurso histórico de desenvolvimento.

Desse modo, todo indivíduo é simultaneamente parte da generalidade e também da singularidade e se movimenta no sentido de deixar de ser apenas um exemplar singular do gênero para constituir sua individualidade. Mesmo quando entende que age a partir de suas próprias convicções, ele sempre carregará as marcas da totalidade social, da sua condição de classe, das influências da família, do tipo de educação etc. Isto significa que durante toda sua vida essas multideterminações não cessarão. Por outro lado, não se pode negar que em quaisquer circunstâncias o indivíduo poderá fazer escolhas frente às circunstâncias objetivas postas pela sociedade. Essas escolhas serão sempre situadas. O indivíduo age a partir de uma realidade posta e imposta e precisa responder adequadamente.

Para dar as respostas socialmente esperadas é necessário que o indivíduo se aproprie dos resultados das produções culturais da humanidade, dos objetos e dos fenômenos sociais e faça das aptidões coletivas as suas aptidões particulares. Para tanto, precisa entrar em interação com eles, num processo mediado por outros indivíduos que se encarregam de fazer as devidas traduções, o que não significa que o indivíduo reproduzirá pura e simplesmente os modelos. Esse movimento de apropriação é, conforme Leontiev (1978), um processo de educação.

Enquanto processo ininterrupto, a educação tem como função preparar o ser social para fazer escolhas socialmente esperadas diante das alternativas e assim garantir a continuidade da reprodução social. Isto porque a totalidade social é o conjunto das escolhas singulares articuladas que se objetivaram. Deste modo a educação assume função primordial no processo de reprodução social, uma vez que a

continuidade da cultura, todo o movimento histórico do fazer-se homem do homem não seria possível sem a transmissão, às gerações seguintes, das produções humanas propiciadas pela educação.

Tanto em Leontiev (1978) quanto em Lukács (2013) fica explícito o fato de que os diversos tipos de sociabilidade criam simultaneamente padrões de comportamentos, de conhecimentos, de habilidades etc., a serem apropriados pelo indivíduo, ao tempo em que cria também mecanismos de reprodução desses padrões. Nesse processo, a educação num sentido bem amplo, por seu caráter universal, apresenta-se como complexo indispensável para manutenção e reprodução de qualquer sociabilidade.

Sendo assim, a educação surge como uma necessidade humana, sem a qual os indivíduos não poderiam jamais garantir o processo de reprodução social. Isto porque tem por finalidade formar no indivíduo uma disponibilidade para responder às situações postas. Ela transmite ao indivíduo as generalizações produzidas socialmente, que por sua vez não são determinações definitivas, mas possibilidades, cujo fato de seus objetivos se efetivarem ou não, depende de como se processa seu desenvolvimento e da forma como o indivíduo reage à sua educação. Deste modo, a constituição dos seus modos de ser e agir no mundo se dá na relação entre esses dois complexos: aquilo que foi proposto ao indivíduo e a forma como ele reage diante do que foi proposto.

Ao tratar da função universal da educação, Lukács (2013, p. 295) afirma que “não temos em mente a educação no sentido mais estrito, conscientemente ativo, mas como a totalidade de todas as influências exercidas sobre o novo homem em processo de formação”. Ao fazer essa afirmação, aponta dois tipos de educação, um em sentido mais amplo, cujo processo se apresenta como complexo universal, e outro em sentido mais estrito, com objetivos mais específicos, desenvolvido a partir da complexificação da primeira.

A educação em sentido amplo existe em todos os tipos de sociedade e interage com a educação em sentido *estrito*. Enquanto o trabalho permaneceu na forma coletiva, esse tipo de educação foi suficiente para satisfazer as necessidades de reprodução do gênero. O aprendizado se dava de forma espontânea na interação das gerações mais novas com as gerações mais experientes. No entanto, com a complexificação das relações sociais, com a divisão social do trabalho e o advento das profissões, o ensino espontâneo já não basta para atender as exigências impostas, surge, com isto, a necessidade de uma educação mais especializada. Começa então a nascer a educação em sentido *estrito*, responsável por cumprir não apenas as necessidades universais, mas, sobretudo, as exigências particulares de determinados grupos sociais.

Lima e Jimenez (2011, p.78), ao analisarem o complexo da educação considerando o arcabouço categorial da ontologia de Lukács, afirmam que sendo a educação um complexo social fundado a partir do trabalho, “estabelece com ele uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa”. Isto porque o trabalho, enquanto categoria fundante, possui prioridade ontológica em relação aos demais complexos sociais que somente puderam se efetivar na esfera de uma sociedade edificada. Nesse sentido, a educação em Lukács (2013), por ser complexo social secundário, fundado a partir do trabalho, firma com ele uma relação de identidade e não-identidade.

A primeira porque o trabalho se apresenta como protoforma de toda práxis social. Deste modo, a educação pode ser compreendida como práxis social que se caracteriza, assim como o trabalho, pela relação entre teleologia e causalidade, ou seja, pela objetivação de posições teleológicas e a movimentação de cadeias causais. E a segunda, ou seja, a não-identidade dá-se pelo fato de o trabalho realizar pores teleológicos primários, ao estabelecer uma relação do homem com a natureza, enquanto a educação realiza pores teleológicos secundários, ao agir sobre as teleologias de outros seres sociais buscando alterar seus comportamentos e influenciá-los a realizar determinados pores.

Por manter essa relação de autonomia relativa e dependência ontológica, os rumos tomados pela educação, sobretudo a educação em sentido estrito, tem uma estreita relação com o processo de produção. Ou seja, quanto mais desenvolvida uma sociedade, quanto mais elaborada a sua produção, mais complexa é a atividade educativa e mais exigente se torna sua função. Quanto mais acesso aos bens materiais tem o indivíduo, quanto maiores suas posses em relação aos meios de produção, mais próximo das elaborações intelectuais ele fica, maior possibilidades de acessá-las ele possui. Disso decorre que as diferenças cognitivas e de aptidões intelectuais não se justificam por diferenças genéticas, mas, pelas desigualdades nas condições materiais e culturais de existência.

Trata-se de uma desigualdade gestada no seio da sociedade, a partir dos tipos de relações estabelecidas entre os indivíduos concretos em contextos sociais reais. Isto porque, a sofisticação dos meios de produção, que potencializou a ação humana e permitiu maior controle sobre a natureza, favoreceu, por um lado, a produção de excedente e permitiu ao indivíduo certo distanciamento das barreiras naturais que o sobrepujavam. Por outro lado, resultou que as tarefas se complexificaram, pessoas com nível maior de especialização se fizeram necessárias e a divisão do trabalho que, até então, dava-se com base nas diferenças de gênero, idade, força física etc., passou a ser definida pelos critérios da especialização do conhecimento, do domínio de técnicas, que garantiu privilégios a alguns membros em detrimento de outros.

Ponce (2010), com base em Marx, explica que essa divisão do trabalho que separou os trabalhadores em dois grupos, os executores e os administradores, associado ao acúmulo do excedente, foi o ponto de partida para a divisão da sociedade em classes. Aqueles que se apossaram dos meios de produção, apropriaram-se também de conhecimentos mais elaborados e passaram a exercer funções de destaque nas comunidades. Assim, foram sorrateiramente dando início à propriedade privada e à separação entre interesses coletivos e individuais. Outro fato marcante que se deu a partir da produção de excedente foi a comercialização dos produtos que criou, ao mesmo tempo, o comércio e a necessidade de aumentar o potencial produtivo. Disso resultou que indivíduos apropriaram-se da força de trabalho de outros indivíduos dando origem às sociedades escravocrata, servil e capitalista, sucessivamente.

Deste modo, o trabalho tornou-se um paradoxo: possui o poder de engendrar o mundo e o ser humano ao tempo em que estratifica e exclui; capaz de por em interação indivíduos numa mesma atividade, enquanto separa a sociedade em abismos; produz valores-de-uso para satisfazer necessidades humanas, ao passo em que serve à acumulação e má distribuição de riqueza através da produção do

excedente; enquanto ação criadora que produz beleza, fabrica também a miséria do mundo; ao mesmo tempo em que afasta o indivíduo das barreiras naturais pode, sem constrangimento algum, subjugar-lo.

Estes fatos, marcantes desde o final das comunidades coletivas, chegaram a níveis intoleráveis na sociedade burguesa, visto que o próprio trabalhador, agora “livre”, pôde vender sua força de trabalho para tornar-se ele próprio parte da engrenagem produtiva que alavanca a economia capitalista. Isto significa que tanto o trabalho quanto o trabalhador tornaram-se mercadorias, regidas pelas leis do mercado.

Nesse modelo de sociabilidade o que prevalece é a produção de mais-valia. O trabalho, atividade criadora e fundante do ser social, torna-se uma atividade estranhada, pois, os produtos mantêm-se alheios ao seu produtor. A energia do trabalhador materializada no produto a ele não mais pertence, de modo que quanto mais o indivíduo trabalha menos pode possuir.

O trabalho garante ao trabalhador apenas o suficiente para mantê-lo vivo, para preservar sua força vital necessária à atividade produtiva. Nessas condições, deixa de ser uma atividade constitutiva e engrandecedora do ser para se tornar uma atividade degradante, na medida em que suga do indivíduo sua força e vitalidade e nega sua dimensão humana, como tempo para a família, para o lazer, investimento na sua formação intelectual etc. De modo que, somente fora do trabalho o trabalhador se sente verdadeiramente realizado, enquanto no trabalho se sente oprimido, aviltado (MARX, 2006).

Em meio a esse processo de alienação da consciência do indivíduo, a educação, mais especificamente em sentido estrito, é pensada para dar respostas às peculiaridades impostas pelo desenvolvimento do trabalho, recebe ininterruptamente os impactos do processo de industrialização e se especializa sempre mais. Seu conteúdo cumpre a função de responder a demandas particulares e não genéricas, no entanto, não há um rompimento definitivo com a educação em sentido amplo. Entre ambas “não pode haver uma fronteira metafísica”, mas, uma relação de reciprocidade (LUKÁCS, 2013, p. 177).

O que diferencia substancialmente a educação em sentido *latu* e a educação em sentido *estrito* é que enquanto aquela tem por característica a universalidade, esta se subordina ao processo de divisão da sociedade em classes e reflete seus antagonismos. Enquanto a primeira se dá de forma espontânea no seio da sociedade, composta pelo conjunto dos pores teleológicos singulares de todos que a integram, sem distinção, na segunda o processo é dirigido por determinados grupos sociais (LIMA E JIMENEZ, 2011).

Isto significa que a posse de bens materiais implica no desfrute da riqueza intelectual, e do mesmo modo o inverso: a privação de bens materiais significa o alheamento da riqueza intelectual. E como a posse da riqueza material está concentrada nas mãos de uma minoria, também a produção intelectual é apropriada por poucos, tendo já aqui uma bifurcação à medida que compartimenta a cultura e estratifica os indivíduos.

Considerações Finais

Enquanto a sociedade estiver regida pelas leis do mercado, a educação irá cumprir sua sina de reproduzir em seu seio a desigualdade da sociedade ao qual está inserida. Ao considerar esse fato fica mais

fácil compreender que as diferenças cognitivas não se justificam pela incapacidade de certos indivíduos desenvolverem suas aptidões intelectuais superiores, elas têm suas origens nas condições de vida concretas. Estão relacionadas ao lugar que o indivíduo ocupa na sociedade, à classe ao qual pertence.

Isso porque a desigualdade apresentada na estrutura da sociedade capitalista manifesta-se claramente nas propostas educacionais que separam uma escola para os pobres e outra para ricos. Enquanto a segunda prepara seus descendentes para o comando, para ocupar os melhores cargos e perpetuarem a posse dos bens, a primeira oferece uma educação que garante minimamente o conhecimento necessário para o domínio das habilidades indispensáveis ao trabalho produtivo, fundamental para manutenção dos benefícios da elite. Nessa relação desigual o processo produtivo dita regras, e, a educação em sentido estrito responde adequadamente aos seus interesses.

No entanto, é possível afirmar que o indivíduo, enquanto ser processual, ao agir no mundo para garantir sua sobrevivência alterando a realidade objetiva e constituindo sua subjetividade, dá o direcionamento do processo histórico a partir das escolhas que faz. Nesse sentido, a realidade do mundo objetivo é o resultado de escolhas, não dos indivíduos isolados evidentemente, mas dos seres sociais enquanto coletividade. Assim, se hoje a humanidade está imersa num processo de autodestruição orientado pela busca incessante de lucro é porque essa realidade foi aceita como opção. Do mesmo modo, convém afirmar que é perfeitamente possível a humanidade escolher romper com as determinações do capital e guiar-se para a efetivação de uma vida verdadeiramente emancipada.

Referências

- LEONTIEV, Alexis. . **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.
- LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. In: **Educação em Revisa**, Belo Horizonte, v. 27, n.02, p. 73-94, ago. 2011.
- LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: _____. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 225-245.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Livro II. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. In: **O capital: crítica da economia política**. Livro I. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 209-231.
- MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 79-102.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Notas

¹ É doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará; Professora da Universidade Federal do Piauí, Departamentos de Fundamentos da Educação; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Marxismo - GESPEM. Email: escol.santos@hotmail.com

² Possui pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Diretora emérita do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO-UECE); Professora aposentada da Universidade Federal do Ceará-UFC e Universidade Estadual do Ceará-UECE. Email: susana_jimezes@uol.com.br

³ Possui pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Professora da Universidade Estadual do Ceará; Membro do Instituto do Movimento Operário(IMO) e Coordenadora do Núcleo de Psicologia Social - NUSOL. Email: ruthm@secrel.com.br

Recebido em: 08/11/2016

Aprovado em: 18/07/2018